

Bruxelas, 1.4.2020
C(2020) 1855 final

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO

de 1.4.2020

que altera a Decisão de Execução C(2014) 10163, que aprova determinados elementos do programa operacional regional «Alentejo 2014-2020» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu a título do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Alentejo em Portugal

CCI 2014PT16M2OP003

(APENAS FAZ FÉ O TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO

de 1.4.2020

que altera a Decisão de Execução C(2014) 10163, que aprova determinados elementos do programa operacional regional «Alentejo 2014-2020» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu a título do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Alentejo em Portugal

CCI 2014PT16M2OP003

(APENAS FAZ FÉ O TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho¹, nomeadamente o artigo 96.º, n.º 10,

Tendo consultado o Comité do FSE,

Considerando o seguinte:

- (1) Pela Decisão de Execução C(2014) 10163 da Comissão, com a última redação que lhe foi dada pela Decisão de Execução C(2019) 7426 da Comissão, foram aprovados certos elementos do programa operacional regional «Alentejo 2014-2020» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (‘FEDER’) e do Fundo Social Europeu (‘FSE’) a título do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Alentejo em Portugal.
- (2) Nos termos do artigo 22.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, a Comissão verificou que algumas prioridades deste programa operacional não atingiram os seus objetivos intermédios; sendo assim, Portugal deveria propor a reafetação do montante correspondente da reserva de desempenho para as prioridades que tivessem alcançado os objetivos intermédios.
- (3) Em 13 de novembro de 2019, Portugal apresentou, pelo sistema eletrónico de intercâmbio de dados da Comissão, um pedido de alteração do programa operacional. O pedido foi acompanhado de uma versão revista do programa operacional, na qual Portugal propôs uma alteração dos elementos do programa operacional referidos no artigo 96.º, n.º 2, primeiro parágrafo, alínea b) subalíneas iv) e v) e alínea d) subalínea ii), e no artigo 96.º, n.º 3, alíneas b) e c), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, sob reserva da Decisão de Execução C(2014) 10163.

¹ JO L 347 de 20.12.2013, p. 320.

- (4) A alteração do programa operacional consiste essencialmente numa reafetação do montante da reserva de desempenho de: EUR 14 835 398 a partir do eixo prioritário 1 «Competitividade e Internacionalização das PME», cujos objetivos não foram atingidos, para o eixo prioritário 3 «Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação», que os atingiu, ambos apoiados pelo FEDER; EUR 7 895 150 a partir do eixo prioritário 4 «Desenvolvimento urbano sustentável», cujos objetivos não foram atingidos, e EUR 6 088 639 a partir do eixo prioritário 7 «Eficiência energética e mobilidade», cujos objetivos não foram atingidos, para o eixo prioritário 6 «Coesão social inclusão», que os atingiu, todos apoiados pelo FEDER; EUR 6 117 733 a partir do eixo prioritário 2 «Ensino e qualificação do capital humano», cujos objetivos não foram atingidos, EUR 3 144 886 a partir do eixo prioritário 5 «Emprego e valorização económica dos recursos endógenos», cujos objetivos não foram atingidos, e EUR 222 000 a partir do eixo prioritário 9 «Capacitação institucional e modernização administrativa», cujos objetivos não foram atingidos, para o eixo prioritário 6 «Coesão social inclusão», que os atingiu, todos apoiados pelo FSE.
- (5) A alteração visa ainda a modificação do valor-alvo para alguns indicadores de realização no quadro de desempenho e de alguns indicadores de realização fora do quadro de desempenho, assim como a modificação do montante indicativo do apoio para ações integradas de desenvolvimento urbano sustentável e da dotação financeira indicativa para os Investimentos Territoriais Integrados.
- (6) A alteração inclui, por último, a mudança de um indicador de realização entre duas prioridades de investimento no eixo prioritário 3.
- (7) Nos termos do artigo 30.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o pedido de alteração do programa de operacional é devidamente fundamentado pela necessária reafetação da reserva de desempenho resultante do facto que alguns eixos prioritários não alcançaram os respetivos objetivos intermédios, pela necessidade de ajustar correspondentemente os objetivos para alguns indicadores, pela necessidade de ter em conta as mudanças nas prioridades regionais, e especifica o impacto previsto das alterações do programa na realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para os objetivos específicos definidos no programa, tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 e os Regulamentos (UE) n.º 1301/2013² e (UE) n.º 1304/2013³ do Parlamento Europeu e do Conselho, os princípios horizontais referidos nos artigos 5.º, 7.º e 8.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, assim como o Acordo de Parceria com Portugal aprovado pela Decisão de Execução C(2014) 5513 da Comissão, com a última redação que lhe foi dada pela Decisão de Execução C(2019) 3210 da Comissão.
- (8) Nos termos do artigo 110.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o comité de acompanhamento, por procedimento escrito de 12 novembro de 2019, analisou e aprovou a proposta de alteração do programa operacional, tendo em conta o texto da versão revista do programa operacional e o seu plano de financiamento.
- (9) De acordo com a sua avaliação, a Comissão referiu que a alteração do programa operacional afeta as informações fornecidas no Acordo de Parceria celebrado com

² Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 (JO L 347 de 20.12.2013, p. 289).

³ Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Conselho, JO L 347 de 20.12.2013, p. 470.

Portugal nos termos da alínea a) subalínea iv) do artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. Deve ter-se em consideração para o procedimento anual de alteração do Acordo de Parceria em conformidade com o artigo 16.º, n.º 4-A, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.

- (10) A Comissão avaliou o programa operacional revisto e não fez observações nos termos da segunda frase, primeiro parágrafo, do artigo 30.º, n.º 2 e da primeira frase do artigo 30.º, n.º 3, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.
- (11) Os elementos alterados do programa operacional revisto submetidos à aprovação da Comissão nos termos do artigo 96.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 devem, por conseguinte, ser aprovados.
- (12) A Decisão de Execução C(2014) 10163 deve, por conseguinte, ser alterada em conformidade,

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão de Execução C(2014) 10163 passa a ter a seguinte redação:

- 1. no artigo 1.º, o proémio passa a ter a seguinte redação:
«Os seguintes elementos do programa operacional «Alentejo 2014-2020» para o apoio conjunto do FEDER e do FSE a título do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Alentejo em Portugal para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, apresentado na sua versão definitiva em 15 de dezembro de 2014, com a última redação que lhe foi dada pela versão revista do programa operacional apresentada na sua versão definitiva em 13 de novembro de 2019, são aprovados:»;
- 2. o anexo II é substituído pelo texto constante do anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

O destinatário da presente decisão é a República Portuguesa.

Feito em Bruxelas, em 1.4.2020

Pela Comissão
Elisa FERREIRA
Membro da Comissão



